

Temas em debate: crise, sucessão, Constituição e voto distrital

260

BRASÍLIA (O GLOBO)

— A retomada, de forma intensa, na Câmara e no Senado, dos debates sobre a crise econômica e a atuação do Governo, sobre as teses da Oposição econômica e a atuação do Governo, sobre as teses da Oposição de consenso e de eleição direta para a Presidência da República, sobre a reforma constitucional e sobre a sucessão do Presidente João Figueiredo será a primeira consequência da reabertura, hoje, das atividades do Congresso.

Além de plenários mais ativos, com maior quantidade de discursos, as sessões da Câmara, e do Senado e as sessões conjuntas deverão apresentar no segundo semestre votações de grande importância, pois tradicionalmente se concentram, na segunda metade de cada ano, as deliberações sobre as matérias de maior interesse político e social.

O próprio acordo entre o PDS e o PTB, que deu ao Governo a maioria na Câmara, e que vem sendo renegociado em função das últimas medidas ado-

tadas pelo Executivo, entrará em pauta já em agosto. As alterações da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), propostas pelo Governo em função desse acordo, e o projeto que concede autonomia política a Santos, também defendido pelo PTB, estão pra ser votados.

POLÍTICA E CPIs

Entre os temas políticos serão discutidos o voto distrital (há dois projetos na Ordem do Dia do Senado, um do Senador José Sarney, Presidente do PDS, e outro do Senador Tarso Dutra, falecido este ano), a fidelidade partidária (será lida a emenda do Deputado Hebráclito Fortes, do PMDB do Piauí, que a suspende por seis meses), e a reeleição do Presidente da República (também será lida, iniciando sua tramitação, a emenda nesse sentido do Deputado José Caramo, do PDS paulista).

No Senado deverão ser intensificados os trabalhos das cinco Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) em funciona-

mento (Rotatividade da mão-de-obra, mercado financeiro, Previdência Social, natalidade e pobreza no Nordeste) e da Comissão Especial que estuda mudanças na Lei de Segurança Nacional.

Deverá continuar paralisada, entretanto, a CPI mista que investiga os atos terroristas no País.

Na Câmara, há somente a CPI da Capemil em funcionamento mas serão finalmente instaladas as CPIs da Intervenção no Grupo de Poupança Delfin e da Dívida Externa e Acordo com o FMI.

NOVAS NORMAS

Também na Câmara há uma grande expectativa em torno das novas normas de funcionamento das sessões, que terão mais meia hora (irão das 13 às 18h30m). As votações, que no primeiro semestre ocorreram uma vez por mês, passarão a ser realizadas todas as quintas-feiras, enquanto os discursos do Grande Expediente (30 minutos cada) foram aumentados de 40 para 80 por mês.